

**Maria Filomena Mendes** ([mmendes@uevora.pt](mailto:mmendes@uevora.pt)), *Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, Portugal*

Endereço: Universidade de Évora, Departamento de Sociologia, Largo dos Colegiais, 2, 7000-849 Évora, Portugal, Tel. +351 266740805, Fax: +351 266740809

**José Eliseu Pinto** ([jpinto@uevora.pt](mailto:jpinto@uevora.pt)), *Departamento de Sociologia da Universidade de Évora,*

Endereço: Universidade de Évora, Departamento de Sociologia, Largo dos Colegiais, 2, 7000-849 Évora, Portugal, Tel. +351 266740805, Fax: +351 266740809

**José Rebelo dos Santos** ([jrebelo@esce.ips.pt](mailto:jrebelo@esce.ips.pt)), *Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal,*

Endereço: Escola Superior Ciências Empresariais, Instituto Politécnico Setúbal, Estefanilha, 2914-503 Setúbal, Tel: +351 265709406, Fax: + 351 265 709301

## **ANÁLISE COMPARATIVA DA POBREZA ENTRE OS PAÍSES MAIS POBRES DA UNIÃO EUROPEIA: UM OLHAR ESPECÍFICO SOBRE PORTUGAL\***

### **A COMPARATIVE ANALYSIS OF POVERTY AMONG THE POOREST COUNTRIES IN THE EUROPEAN UNION, A SPECIFIC GLANCE ON PORTUGAL**

O tema da pobreza, na União Europeia, tem vindo a emergir como preocupação, nos últimos anos, tornando-se objecto de um número crescente de estudos que têm suscitado a nossa atenção. Partindo da enunciação dos diversos conceitos de pobreza, e após evidenciar a sua subjectividade, propomo-nos:

- a) analisar comparativamente o seu impacto em dois grupos de países da União Europeia com maior incidência de pobreza: países da Europa do Sul (Portugal, Espanha, Grécia e Itália) e países da Europa de Leste (Polónia, República Checa, Hungria e Eslováquia). Neste último grupo, o critério que presidiu à escolha foi a importância em termos demográficos. A análise efectuada tem como base os dados do EUROSTAT;
- b) analisar, no caso de Portugal, o fenómeno na sua incidência particular sobre segmentos específicos da população (os jovens e os idosos), procurando tipificá-la na perspectiva da sua distribuição regional e relacionar a dimensão dos agregados familiares com a condição de pobreza. Os dados que utilizaremos são os do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000-01, do INE.

\* Apoio financeiro da Fundação da Ciência e Tecnologia (Projecto POCTI/DEM/59445/2004)

## **INTRODUÇÃO**

O tema da pobreza, na União Europeia, tem vindo a emergir como preocupação, nos últimos anos, tornando-se objecto de um número crescente de estudos que têm suscitado a nossa atenção.

Partindo da enunciação dos diversos conceitos de pobreza, e após evidenciar a sua subjectividade, propomo-nos:

- a) analisar comparativamente o seu impacto em dois grupos de países da União Europeia com maior incidência de pobreza: países da Europa do Sul (Portugal, Espanha, Grécia e Itália) e países da Europa de Leste (Polónia, República Checa, Hungria e Eslováquia). Neste último grupo, o critério que presidiu à escolha foi a importância em termos demográficos. A análise efectuada tem como base os dados do EUROSTAT;
- b) analisar, no caso de Portugal, o fenómeno na sua incidência particular sobre segmentos específicos da população (os jovens e os idosos), procurando tipificá-la na perspectiva da sua distribuição regional e relacionar a dimensão dos agregados familiares com a condição de pobreza. Os dados que utilizaremos são do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000-01, da responsabilidade do INE.

Neste estudo, adoptamos o conceito de pobreza relativa, por considerarmos ser o mais comumente utilizado na Europa, recorrendo ao índice de pobreza monetária.

Assim, consideramos como pobres todos os indivíduos que se encontrem abaixo da linha de pobreza monetária, correntemente em vigor no EUROSTAT, ou seja, todos aqueles cujos rendimentos líquidos não ultrapassem 60% da mediana dos rendimentos líquidos totais do país ou região.

### **1. CONCEITO DE POBREZA, DADOS E METODOLOGIA**

Começaremos por apresentar algumas definições de pobreza, especificando em seguida a abordagem adoptada, bem como os instrumentos utilizados para a sua medição.

Após este posicionamento, caracterizaremos os dados utilizados, as variáveis seleccionadas e a metodologia utilizada.

#### **1.1. CONCEITO DE POBREZA**

Embora para muitos autores a pobreza não deva ser definida apenas como carência material, mas numa perspectiva mais abrangente no âmbito de um desenvolvimento humano pleno indiscutível e que afirma que é maior pobreza “não ser socialmente” do que “não ter” (Demo, referido por Búrigo, 2003), grande parte dos estudos sobre

pobreza enfatizam a referida carência material. Assim, pode entender-se a pobreza como a incapacidade para satisfazer necessidades básicas, a nível, nomeadamente, de alimentação, vestuário, saúde, educação e habitação com electricidade e saneamento básico, devendo-se esta incapacidade à insuficiência de rendimento líquido. Esta situação conduz a estados de privação por parte das famílias / indivíduos definidos como pobres. A ideia subjacente à definição de pobreza é, portanto, a de possuir menos do que o mínimo imprescindível à satisfação das necessidades básicas (Schauer, Radermacher, 2003). As questões que se colocam, ligadas à identificação destas necessidades, são de alguma complexidade, exigindo a utilização de tipologias que assegurem consistência na análise e quantificação da pobreza. Neste contexto podemos agrupar os conceitos de pobreza de acordo com duas abordagens (Costa et al, 1998): a objectiva e a subjectiva. Enquanto no caso do conceito objectivo de pobreza se pressupõe que é possível estabelecer limiares de pobreza a partir de critérios objectivamente induzidos ou deduzidos, no caso do conceito subjectivo de pobreza a subjectividade é intencional, de modo a permitir à sociedade quantificar o nível mínimo de recursos para não se ser pobre (Costa et al, 1998).

Ainda no âmbito da pobreza objectiva podemos distinguir a pobreza absoluta e a pobreza relativa (Costa et al, 1998):

**A pobreza absoluta**, remete para a incapacidade de satisfazer necessidades universais mínimas a que todos os homens enquanto seres humanos têm direito, como alimentação, cuidados básicos de saúde educação, habitação e saneamento básico, entre outras, (United Nations, 1995, citadas por Soares, Bago d’Uva, 2002); **a pobreza relativa** é identificada em termos comparativos e contextualizada no âmbito, por exemplo, de uma região ou de um país. É, portanto, atribuída aos indivíduos com rendimento inferior a uma parte pré-determinada do rendimento médio ou mediano, pelo que a pobreza relativa é função do nível geral de riqueza da sociedade (Schauer, Radermacher, 2003). Desde logo surge um constrangimento decorrente da opção conceptual: ao partir da mediana, ou duma parte desta, o número de pobres será sempre inferior a 50%; acresce ainda que, supondo uma distribuição equilibrada dos que têm rendimento inferior a 60% do valor da mediana pelos diferentes valores possíveis, a pobreza não abrangerá mais de 30% dos indivíduos.

### **1.1.1. A pobreza monetária**

Quando anteriormente referimos a satisfação de necessidades, e mesmo o rendimento, não estávamos obrigatoriamente a falar de rendimento monetário.

Em termos operacionais o rendimento monetário confere um elevado grau de objectividade à análise da pobreza. Assim, optamos na nossa investigação por utilizar o conceito de rendimento monetário, que tem em conta o rendimento monetário líquido ou o nível de consumo para quantificar a pobreza (Soares, Bago d’Uva, 2002).

Não podemos deixar de referir a importância, em Portugal, dos rendimentos não monetários que, em especial nas zonas rurais, podem assumir uma expressão muito substancial, na composição do rendimento global das famílias.

De acordo com análise efectuada pelos autores ao Inquérito aos Orçamentos Familiares, 2000-01, no cômputo geral dos rendimentos totais dos agregados o peso dos rendimentos não monetários representa cerca de 14%, minimizando, portanto, os efeitos da pobreza e permitindo maior satisfação de necessidades que, de outra forma, não seriam satisfeitas. Uma análise desagregada permite, inclusive, verificar que, nalgumas situações, aquela proporção é superior. Apesar da sua importância, esta componente da formação do rendimento não foi considerada na análise devido à inexistência de dados correspondentes para os restantes países que foram objecto do estudo comparativo.

### **1.1.2. Linha de pobreza monetária**

Esta linha, estabelece o nível mínimo de rendimento disponível, considerado suficiente para satisfazer as necessidades básicas duma família. Todos os agregados com níveis inferiores a esse mínimo definido, são considerados pobres (Parente, sd).

O estabelecimento da linha monetária de pobreza pode ter como base quer o conceito de pobreza absoluta, quer o de pobreza relativa (Parente, sd).

#### **1.1.2.1. Pobreza absoluta e pobreza relativa**

A linha de pobreza monetária absoluta utiliza diversas medidas para quantificar os pobres existentes. Uma das formas mais utilizadas para medir a pobreza monetária absoluta é através do número de pessoas que, num dado país ou região, dispõem de menos de um dólar por dia para as suas despesas (sendo neste caso a linha de pobreza absoluta o “dispor de menos de um dólar por dia”). Uma vez que um dólar permite a aquisição de mais produtos, por exemplo, na Etiópia do que nos Estados Unidos, o Banco Mundial utiliza dados corrigidos (PPC - paridade do poder de compra), tendo portanto o dólar PPC igual valor em ambos os países (Schauer, Radermacher, 2003).

A pobreza monetária relativa verifica-se nos casos em que os rendimentos monetários líquidos dos agregados forem inferiores a uma parte determinada do rendimento médio ou mediano da região / país em análise (a parte determinada do rendimento, estabelece a linha de pobreza monetária relativa) (Cohen-Solal, Loisy, 2001).

Em grande parte dos estudos europeus, consideram-se em situação de pobreza monetária relativa, aqueles cujo rendimento monetário líquido, for inferior a 60% da mediana do rendimento monetário líquido no país em questão, uma vez que é também o critério actualmente utilizado pelo EUROSTAT para delimitar o limiar de pobreza (Rodrigues, 1999).

Neste estudo vamos analisar a pobreza, na perspectiva de pobreza monetária relativa, adoptando o critério utilizado pelo EUROSTAT (existe situação de pobreza para aqueles cujo rendimento monetário líquido for inferior a 60% da mediana do rendimento dos portugueses) (Parente, sd).

Concretizando, a referência de base para o cálculo da linha de pobreza foi o rendimento disponível, considerado como o rendimento monetário líquido total recebido pelos membros do agregado familiar, reportado ao período abrangido pelo inquérito, designadamente os rendimentos do trabalho (por conta de outrem ou por conta própria), rendimentos privados (investimento e propriedade) e as transferências sociais recebidas directamente (incluindo as pensões), líquido de impostos e contribuições sociais. Por forma a reflectir as diferenças na dimensão e composição do agregado, aquele rendimento é dividido pela sua dimensão equivalente, utilizando para tal a escala de equivalência modificada da OCDE que atribui o peso 1 ao primeiro adulto num Agregado (ADP), o peso 0,5 aos adultos subsequentes e peso 0,3 a cada criança presente (Rodrigues, 1999).

## **1.2. OS DADOS**

Na análise comparativa da pobreza entre países, utilizam-se os dados do EUROSTAT. No entanto queremos realçar que, uma vez que estes dados dizem respeito à pobreza monetária relativa, esta comparação apenas permite verificar se, num determinado país, a percentagem de indivíduos com rendimento inferior ao limiar de pobreza é maior ou menor do que noutro país. De qualquer forma estaremos a considerar níveis de rendimentos, nalguns casos, muito díspares.

Para a análise mais detalhada da pobreza em Portugal, os dados utilizados são os do último Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000-01, da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística e referem-se a uma amostra constituída por 9935 unidades de alojamento, a que corresponde um total de 10020 agregados domésticos privados e 28311 indivíduos. No entanto, algumas incorrecções detectadas levaram-nos a eliminar dados correspondentes a 11 agregados e 33 indivíduos, pelo que a nossa base de análise passou a ser constituída por 10009 agregados e 28278 indivíduos.

### 1.3. METODOLOGIA

Na primeira parte desta investigação (estudo comparativo de países), analisaram-se dados disponibilizados pelo EUROSTAT, procurando explorar dimensões específicas que contribuam para uma caracterização mais precisa da pobreza nos países seleccionados, e de alguns factores a ela associados. Em complemento, consultaram-se alguns estudos recentes sobre dimensões da pobreza nos países em estudo. Os critérios que presidiram à escolha destes países, em detrimento de outros, foram o seu enquadramento regional no contexto da geografia europeia (países do Sul da Europa *versus* países do Leste Europeu), a sua dimensão populacional e, ainda, a circunstância comum de serem países com PIB em PPC por habitante, igual ou inferior à média comunitária. A ideia subjacente foi, portanto, a de verificar até que ponto os países mais pobres da UE15, possuem diferenças acentuadas em termos de percentagem de indivíduos em situação de pobreza, face aos novos membros.

Na análise da pobreza monetária relativa em Portugal, estudou-se a pobreza em grupos referenciados como mais vulneráveis: os jovens e os idosos. Assim, em termos metodológicos, seleccionou-se um conjunto de variáveis do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000-01, tendo ainda ocorrido recodificação e criação de novas variáveis: **Variáveis dependentes** – Rendimento monetário líquido disponível por adulto equivalente e situação perante a pobreza. Estas variáveis foram calculadas a partir dos dados originais, por aplicação dos métodos enunciados, respectivamente, no último e penúltimo parágrafos do ponto 1.1.2.1;

**Variáveis independentes** – Continente / Regiões Autónomas; Zona Rural / Semiurbana / Urbana; Área Metropolitana / Não metropolitana; Escalão Etário; Sexo, Nível de Instrução Completado; Número de Indivíduos do Agregado; Situação Familiar; e Situação Perante o Trabalho Actual.

Com base nos dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000-01, calculou-se a mediana do rendimento monetário líquido disponível por adulto equivalente e, conseqüentemente, o limiar de pobreza, fixado, como anteriormente explicado, em 60% daquele valor. Este procedimento permitiu-nos deduzir a variável “pobreza”, traduzida na atribuição a cada indivíduo de uma de duas características: “pobre” ou “não pobre”.

No que respeita à utilização dos instrumentos estatísticos, identificaremos três momentos:

1) Reconhecimento das relações entre as variáveis que elegemos como independentes e a variável dependente, tomando a "pobreza", tal como definida atrás – uma variável

categorica dicotómica (nominal) – como a variável a testar, face às primeiras, em termos de possíveis associações significativas. Nesse sentido, usámos as estatísticas do  $\chi^2$  (no contexto da tabulação das variáveis), visando testar a hipótese de as variáveis em linha e em coluna serem independentes:  $\chi^2$  de Pearson, rácio de verosimilhança, associação linear-linear (o teste exacto de Fisher e o  $\chi^2$  corrigido de Yates foram também calculados para as tabelas de 2x2). Para medir a intensidade das associações encontradas, foram igualmente calculadas medidas derivadas no  $\chi^2$ : o  $\phi$ , o  $V$  de Cramer e o Coeficiente de Contingência. Os valores destas estatísticas são apresentados nas tabelas respectivas, chamando a atenção, desde já, para os elevados níveis de significância assumidos em todos os casos, embora em geral, evidenciando associações relativamente pouco intensas entre as variáveis.

2) Recorrendo a um modelo de regressão linear múltipla, pretendemos encontrar uma relação matemática entre a variável dependente (neste caso, o rendimento monetário líquido disponível por adulto equivalente) e os restantes preditores ou variáveis explicativas (independentes), procurando prever o comportamento da primeira em função das variações destas últimas. O modelo utilizado foi:

$$y = a + b_1 \cdot x_1 + b_2 \cdot x_2 + b_3 \cdot x_3 + b_4 \cdot x_4 + b_5 \cdot x_5 + b_6 \cdot x_6 + b_7 \cdot x_7 + b_8 \cdot x_8 + b_9 \cdot x_9 + e$$

em que  $x_1$  a  $x_9$  são as variáveis independentes (zona rural/urbana, grupo etário, sexo, dimensão do agregado familiar, área metropolitana/não metropolitana, Continente/Regiões Autónomas, nível de instrução completado, situação familiar, condição perante o trabalho actual),  $a$  é o ponto de intercepção,  $b_1$  a  $b_9$  são os coeficientes de regressão para as variáveis independentes e  $e$  é o erro aleatório, que representa a proporção da variação em  $y$  (variável dependente) não explicada pelo modelo.

3) Recorrendo-se a uma análise de regressão logística (Logit), estudou-se a relação entre uma série de características de um indivíduo e a probabilidade do indivíduo pertencer a um, de entre dois grupos previamente definidos, ou seja, na análise Logit considera-se a variável dependente como uma variável binária, assumindo os valores 1 ou 0, o que, no caso particular em estudo, corresponde à circunstância de um indivíduo ser “*pobre*” ou “*não pobre*”.

O objectivo da análise logit é o de proporcionar evidências empíricas de que a probabilidade de alguém se encontrar, neste caso, em situação de pobreza, varia em

função de um conjunto de variáveis explicativas (por exemplo, a idade, o nível de instrução completado, a região em que se habita).

A análise de regressão logística (logit) permite-nos concluir sobre a probabilidade de uma observação pertencer a um conjunto determinado, em função do comportamento das variáveis independentes. Neste caso, as variáveis independentes seleccionadas foram: o grupo etário, a região de residência, a circunstância dessa residência estar ou não numa área metropolitana, ou de ser em meio rural ou urbano, as habilitações escolares completadas, a situação familiar e a dimensão do agregado. A escolha destas variáveis resultou da relevância pelas mesmas apresentada noutros estudos sobre a pobreza. A variável dependente (situação perante a pobreza) foi definida sob duas categorias de indivíduos, “*pobres*” e “*não pobres*”, pertencendo à categoria zero aqueles que se encontram em situação de pobreza e à categoria um os “*não pobres*”, como de resto já tínhamos explicitado. A situação de pobreza foi atribuída a partir do critério já definido anteriormente, alicerçado no conceito de rendimento monetário líquido por indivíduo equivalente. Valora-se assim a probabilidade de cada indivíduo pertencer ao grupo dos pobres ou dos não pobres. Importa realçar que, neste tipo de regressão logística (análise logit), não existem restrições com relação à normalidade multivariada na distribuição das variáveis independentes, nem com relação à igualdade das matrizes de covariâncias dos dois grupos. A transformação logística pode ser interpretada como o logaritmo da probabilidade (odds) de sucesso vs. a de insucesso. Esta transformação logística, probabilidade de sucesso, é dada por

$$\text{logit}(p_i) = \log\left(\frac{p_i}{1-p_i}\right)$$

Adoptando uma variável *dummy* para os factores correspondentes à idade, localização geográfica, região e instrução, podemos escrever o seguinte modelo “de efeitos aditivos” (Powers, D. and Y. Xie, 2000)

$$p_i = \beta_0 + \beta_1 \cdot x_1 + \beta_2 \cdot x_2 + \beta_3 \cdot x_3 + \beta_4 \cdot x_4 + \beta_5 \cdot x_5 + \beta_6 \cdot x_6$$

sendo  $p_i$  a probabilidade de “ser pobre”, controlando pelas variáveis acima referidas. O parâmetro  $\beta_0$  é o ponto de intercepção e os restantes coeficientes ( $\beta_1, \dots, \beta_6$ ) representam o efeito da idade (jovens ou idosos vs. adultos, de ruralidade (rural vs. urbano), de localização geográfica (Continente vs. Regiões Autónomas) e de nível de instrução (secundário e superior vs. escolaridade obrigatória)

## 2. POBREZA NA EUROPA

Antes de analisar a incidência de pobreza monetária relativa nos vários países considerados neste estudo, impõe-se um breve caracterização dos mesmos, nomeadamente em termos de população e riqueza produzida.

**Quadro 1 – Breve caracterização dos países em análise**

País	Superfície	População	PIB em PPC, por habitante, em 2001, em % da média da UE-15
	Milhares de Kms <sup>2</sup>	Milhões (Janeiro 2003)	
Eslováquia	49,0	5,4	45
Espanha	505,0	40,7	84
Grécia	132,0	11,0	67
Hungria	93,0	10,1	51
Itália	301,0	57,3	100
Polónia	312,7	38,2	41
<b>Portugal</b>	<b>92,0</b>	<b>10,4</b>	<b>71</b>
República Checa	78,9	10,2	61

Fonte: Comissão Europeia, 2004, [http://europa.eu.int/comm/publications/booklets/eu\\_glance/44/pt-1.pdf](http://europa.eu.int/comm/publications/booklets/eu_glance/44/pt-1.pdf) (quadro da responsabilidade dos autores)

A nível de população, podemos dividir os oito países que integram o estudo em três grupos. No primeiro grupo incluímos os três países com mais habitantes: a Itália, a Espanha e a Polónia; o segundo grupo é constituído pela Grécia, Portugal, República Checa e Hungria; finalmente, o último é um grupo singular, constituído apenas pela Eslováquia (Comissão Europeia, 2004).

Em termos de pobreza objectiva, verifica-se que o país mais rico é a Itália, seguido da Espanha, Portugal, Grécia, República Checa, Hungria, Eslováquia e Polónia, (quadro 1). Na Europa dos 15, a taxa de risco de pobreza monetária relativa atinge 15% dos indivíduos (Denis, Guio, 2003). Isto quer dizer que vivem com rendimentos monetários líquidos abaixo de 60% do valor da mediana dos rendimentos dos indivíduos da União Europeia, 15% dos indivíduos. De qualquer forma, como são os rendimentos de cada país a determinar a sua linha de pobreza, uma análise comparativa é questionável porque esses rendimentos diferem substancialmente como ilustra o quadro 2. Assim, consideramos mais correcto utilizar na comparação a linha de pobreza monetária da Europa, tal como é apresentado no quadro dois.

Um (outro) aspecto que pode tornar uma análise desta natureza muito pouco fiável consiste na inexistência de dados de alguns países para determinados períodos de referência (da Eslováquia, por exemplo, só existem dados de 2003, da Hungria e da Polónia, de 2000 a 2002 e da República Checa, de 2001 e 2003) e, ainda, o facto de nem

todos os dados serem obtidos da mesma forma, sendo muitos deles mencionados como dados provisórios pelo Eurostat. No entanto, considera-se útil um estudo desta natureza.

**Quadro 2 – Rendimento e Linha de pobreza Monetária em (PPPs), 1998**

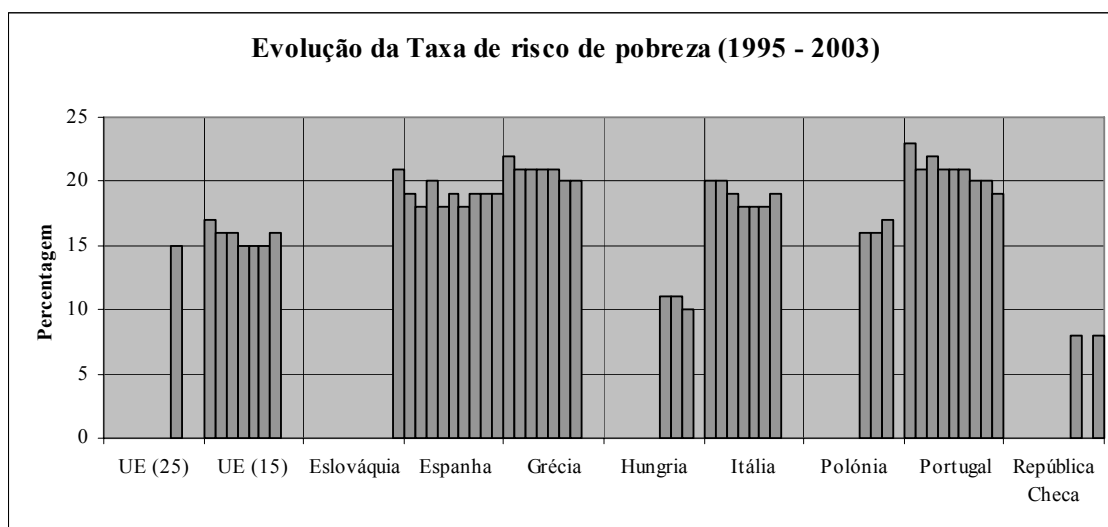
País	Nacionais		Europa (18)	
	Linha de pobreza	Pobres (milhares)	Linha de pobreza	Pobres (milhares)
Espanha	4900	7,204	6999	14,808
Grécia	4800	2,129	6999	4,336
Hungria	2700	1,148	6999	8,228
Itália	5600	10,785	6999	17,94
<b>Portugal</b>	<b>4300</b>	<b>1,989</b>	<b>6999</b>	<b>4,772</b>
República Checa	4200	1,301	6999	5,046

Fonte: Cálculos de ECHP e ECSWPR, dados consolidados, in Förster e outros, 2002

## 2.1. TAXA DE RISCO DE POBREZA POR PAÍS E SEXO

Não obstante alguns dados serem provisórios verifica-se que é nos países da Europa do Sul que, em termos percentuais, existe maior incidência de pobreza, qualquer que seja o ano de análise, com valores muito superiores aos encontrados quer para a UE15 quer para a UE25. Por outro lado, em termos de menor incidência de pobreza monetária relativa, destaca-se a República Checa (8%), apesar dos dados disponíveis serem apenas relativos a 2001 e 2003. Esta taxa não é alcançada por nenhum outro país da União Europeia, nos anos referidos (apenas a Suécia apresenta uma taxa próxima desta em 2001: 9%).

**Gráfico 1 – Incidência de pobreza por país e ano**



Fonte: EUROSTAT (quadro da responsabilidade dos autores)

Convém assim sublinhar que apesar do método de cálculo utilizado ser o mesmo em todos os países e não obstante todos os esforços feitos no sentido de aproximação do

conceito de rendimento, os indicadores dos países de leste não podem considerar-se como inteiramente comparáveis nem com os restantes países da União Europeia nem entre si (conforme refere nota metodológica da Eurostat relativa aos dados constantes nos quadros 3 e 4). Em termos gerais, verifica-se uma tendência para a diminuição da taxa de risco de pobreza. Mesmo assim, os dados de 2001 revelam para os países da Europa do Sul, taxas entre os 19% e os 20%, portanto significativamente mais elevadas do que as verificadas nos países de leste, que são de 8% na República Checa, 11% na Hungria, 16% na Polónia e 21% na Eslováquia (neste país os dados são de 2003).

**Quadro 3 – Taxa de risco de pobreza, após transferências sociais por sexo em %**

		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
UE (25)	Total	:	:	:	:	:	:	<sup>(is)</sup> 15	:	:
	Homens	:	:	:	:	:	:	<sup>(is)</sup> 14	:	:
	Mulheres	:	:	:	:	:	:	<sup>(is)</sup> 17	:	:
UE (15)	Total	<sup>(s)</sup> 17	<sup>(s)</sup> 16	<sup>(s)</sup> 16	<sup>(s)</sup> 15	<sup>(s)</sup> 15	<sup>(s)</sup> 15	<sup>(is)</sup> 16	:	:
	Homens	<sup>(s)</sup> 16	<sup>(s)</sup> 15	<sup>(s)</sup> 15	<sup>(s)</sup> 14	<sup>(s)</sup> 15	<sup>(s)</sup> 14	<sup>(is)</sup> 15	:	:
	Mulheres	<sup>(s)</sup> 18	<sup>(s)</sup> 18	<sup>(s)</sup> 17	<sup>(s)</sup> 16	<sup>(s)</sup> 16	<sup>(s)</sup> 16	<sup>(is)</sup> 17	:	:
Eslováquia	Total	:	:	:	:	:	:	:	:	<sup>(ip)</sup> 21
	Homens	:	:	:	:	:	:	:	:	<sup>(ip)</sup> 21
	Mulheres	:	:	:	:	:	:	:	:	<sup>(ip)</sup> 21
Espanha	Total	19	18	20	18	19	18	19	<sup>(bi)</sup> 19	<sup>(i)</sup> 19
	Homens	19	18	20	18	18	17	17	<sup>(bi)</sup> 18	<sup>(i)</sup> 18
	Mulheres	19	18	21	18	19	19	20	<sup>(bi)</sup> 21	<sup>(i)</sup> 20
Grécia	Total	22	21	21	21	21	20	20	:	:
	Homens	21	21	21	20	20	19	19	:	:
	Mulheres	22	21	22	22	21	20	22	:	:
Hungria	Total	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 11	<sup>(i)</sup> 11	<sup>(i)</sup> 10	:
	Homens	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 11	<sup>(i)</sup> 11	<sup>(i)</sup> 9	:
	Mulheres	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 12	<sup>(i)</sup> 12	<sup>(i)</sup> 10	:
Itália	Total	20	20	19	18	18	18	19	:	:
	Homens	19	19	19	17	18	18	19	:	:
	Mulheres	21	21	20	19	18	19	20	:	:
Polónia	Total	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 16	<sup>(i)</sup> 16	<sup>(i)</sup> 17	:
	Homens	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 16	<sup>(i)</sup> 16	<sup>(i)</sup> 17	:
	Mulheres	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 16	<sup>(i)</sup> 15	<sup>(i)</sup> 16	:
Portugal	Total	23	21	22	21	21	21	20	<sup>(ip)</sup> 20	<sup>(ip)</sup> 19
	Homens	21	20	20	19	19	19	20	:	:
	Mulheres	24	22	23	22	22	22	20	:	:
República Checa	Total	:	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 8	:	<sup>(i)</sup> 8
	Homens	:	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 7	:	<sup>(i)</sup> 7
	Mulheres	:	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 8	:	<sup>(i)</sup> 9

(:) não disponível, (s) estimativas EUROSTAT, (b) ruptura de série, (p) valor provisório, (i) Notas: a versão revista da base de dados PCM integra as correções de dados para certos países, bem como melhorias em termos metodológicos. estas alterações incidem sobre os dados fornecidos anualmente; dados espanhóis de 1995 a 1999 do Instituto Nacional de Estatística de Espanha, revistas as ponderações para as próximas edições; para os países candidatos o método de cálculo é similar ao utilizado para os países membros, procurando aproximar os conceitos de rendimento ao dos PCM, mas ainda assim os indicadores não podem ser inteiramente comparáveis devido a diferentes fontes de dados;

Fonte: EUROSTAT (quadro da responsabilidade dos autores)

Como factores comuns a todos estes países, fortemente ligados à incidência de pobreza, identificámos a inclusão no grupo etário dos jovens, a integração em agregados familiares numerosos e a circunstância de residir em zonas rurais.

Analisando a incidência de pobreza em função do sexo, verifica-se que há mais vulnerabilidade à pobreza por parte das mulheres, embora as diferenças sejam reduzidas (valores entre -1% e 3%), verificando-se até uma excepção no caso da Polónia.

À primeira vista, a razão para esta particularidade (ou, pelo menos, para a incidência de pobreza na Polónia não ser maior entre as mulheres) advém do facto de, tradicionalmente, estas viverem em agregados que integram homens, sendo pouco usual serem as representantes de agregados, e havendo portanto partilha de rendimentos (Clarke, sd). A acrescentar a baixa taxa de divórcios na Polónia, pode também contribuir para esta situação (Clarke, sd).

## **2.2. TAXA DE RISCO DE POBREZA POR PAÍS E GRUPO ETÁRIO**

A nível de identificação dos grupos etários mais vulneráveis à pobreza, os dados de que dispomos evidenciam diferenças significativas de país para país. No entanto, verifica-se sempre que o risco de pobreza entre os jovens é bastante superior ao do país (com excepção da Grécia). Assim, enquanto para o grupo dos 25 países da UE a pobreza, em 2001, incidia em 15% dos indivíduos, entre os jovens menores de 16 anos, ascendia, na mesma data, a 20%. Se nos reportarmos apenas à Europa dos 15, a taxa de risco de pobreza global passa para 16%, mantendo-se nos 20% no caso dos jovens.

Na República Checa, muito embora os valores mereçam algumas reservas e sejam relativamente baixos, enquanto a pobreza atinge, genericamente, 8% da população, a mesma aumenta para 12%, no caso dos jovens, o que representa uma variação de 50%.

Na Grécia, não se verifica maior vulnerabilidade à pobreza por parte dos jovens que da população em geral; pelo contrário existe um diferencial de 2% entre a incidência de pobreza no país e no grupo dos jovens (20% e 18%, respectivamente). Já em Espanha e Itália, países com incidência de pobreza de 19%, entre os jovens os valores sobem de forma significativa passando a ser de 26% no primeiro caso e 25% no segundo.

A Hungria é o país em que a vulnerabilidade dos jovens mais se faz sentir, uma vez que a taxa de risco de pobreza global é de 11% e a do grupo etário dos indivíduos menores de 16 anos, de 17%. Na Polónia e em Portugal os dados de 2001 revelam maior risco de pobreza entre os jovens do que no país em geral: 22% e 26% contra 16% e 20%, respectivamente. Os dados da Eslováquia dizem apenas respeito a 2003, permitindo

também verificar que a pobreza se faz sentir em 30% dos jovens e em 21% da população em geral.

Em termos de incidência de pobreza no grupo etário dos 16 aos 24 anos, verifica-se, de um modo geral, que também neste grupo a percentagem de pobres é maior do que na

**Quadro 4 – Taxa de risco de pobreza de jovens, por grupos etários %**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Menos de 16 anos</b>									
UE (25)	:	:	:	:	:	:	<sup>(is)</sup> 20	:	:
UE (15)	<sup>(s)</sup> 21	<sup>(s)</sup> 19	<sup>(s)</sup> 19	<sup>(s)</sup> 19	<sup>(s)</sup> 19	<sup>(s)</sup> 19	<sup>(is)</sup> 20	:	:
Eslováquia	:	:	:	:	:	:	:	:	<sup>(ip)</sup> 30
Espanha	24	23	26	24	25	25	26	<sup>(bi)</sup> 21	<sup>(i)</sup> 19
Grécia	18	19	18	17	17	19	18	:	:
Hungria	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 17	<sup>(i)</sup> 15	<sup>(i)</sup> 13	:
Itália	24	24	23	21	22	25	25	:	:
Polónia	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 22	<sup>(i)</sup> 22	<sup>(i)</sup> 23	:
<b>Portugal</b>	<b>26</b>	<b>23</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	:	:
República Checa	:	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 12	:	<sup>(i)</sup> 15
<b>Entre 16 e 24 anos</b>									
UE (25)	:	:	:	:	:	:	<sup>(is)</sup> 19	:	:
UE (15)	<sup>(s)</sup> 21	<sup>(s)</sup> 22	<sup>(s)</sup> 21	<sup>(s)</sup> 20	<sup>(s)</sup> 21	<sup>(s)</sup> 20	<sup>(is)</sup> 19	:	:
Eslováquia	:	:	:	:	:	:	:	:	<sup>(ip)</sup> 23
Espanha	22	22	25	21	23	20	20	<sup>(bi)</sup> 20	<sup>(i)</sup> 21
Grécia	23	23	22	22	21	18	19	:	:
Hungria	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 13	<sup>(i)</sup> 13	<sup>(i)</sup> 11	:
Itália	29	30	28	24	25	25	25	:	:
Polónia	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 19	<sup>(i)</sup> 19	<sup>(i)</sup> 21	:
<b>Portugal</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	:	:
República Checa	:	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 10	:	<sup>(i)</sup> 9

(:) não disponível, (s) estimativas EUROSTAT, (b) ruptura de série, (p) valor provisório, (i) Notas: a versão revista da base de dados PCM integra as correcções de dados para certos países, bem como melhorias em termos metodológicos. estas alterações incidem sobre os dados fornecidos anualmente; dados espanhóis de 1995 a 1999 do Instituto Nacional de Estatística de Espanha, revistas as ponderações para as próximas edições; para os países candidatos o método de cálculo é similar ao utilizado para os países membros, procurando aproximar os conceitos de rendimento ao dos PCM, mas ainda assim os indicadores não podem ser inteiramente comparáveis devido a diferentes fontes de dados;

Fonte: EUROSTAT, in (quadro da responsabilidade dos autores)

população em geral. Apenas em dois países do sul se verifica uma situação inversa: na Grécia, existindo um diferencial de 1% a favor dos jovens, o que vem na sequência do verificado em relação aos jovens com menos de 16 anos, e em Portugal com um diferencial de 2%, eventualmente explicado com a entrada precoce no mercado de trabalho. É na Itália que a pobreza nesta classe etária mais se faz sentir, tanto em termos de incidência propriamente dita (25%), como em termos de diferença entre esta taxa específica de pobreza e a taxa global de pobreza do país.

Nos indivíduos com idades entre os 25 e os 64 anos, verifica-se, de um modo geral, taxas de pobreza iguais ou inferiores às que ocorrem na população em geral.

No grupo de idades entre os 25 e os 49 anos, esta diminuição é comum a todos os países – com excepção da Polónia e Eslováquia, em que os valores se mantêm – e decorre da plena inserção na vida activa.

**Quadro 5 – Taxa de risco de pobreza de adultos, por grupos etários %**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Entre 25 e 49 anos</b>									
UE (25)	:	:	:	:	:	:	<sup>(is)</sup> 13	:	:
UE (15)	14 <sup>(s)</sup>	13 <sup>(s)</sup>	13 <sup>(s)</sup>	13 <sup>(s)</sup>	13 <sup>(s)</sup>	13 <sup>(s)</sup>	<sup>(is)</sup> 13	:	:
Eslováquia	:	:	:	:	:	:	:	:	<sup>(ip)</sup> 21
Espanha	17	16	19	17	17	14	15	<sup>(bi)</sup> 15	<sup>(i)</sup> 14
Grécia	15	15	15	15	15	15	14	:	:
Hungria	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 11	<sup>(i)</sup> 10	<sup>(i)</sup> 9	:
Itália	18	18	17	16	17	18	18	:	:
Polónia	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 16	<sup>(i)</sup> 16	<sup>(i)</sup> 17	:
<b>Portugal</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	:	:
República Checa	:	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 7	:	<sup>(i)</sup> 8
<b>Entre 50 e 64 anos</b>									
UE (25)	:	:	:	:	:	:	<sup>(is)</sup> 12	:	:
UE (15)	<sup>(s)</sup> 15	<sup>(s)</sup> 14	<sup>(s)</sup> 14	<sup>(s)</sup> 13	<sup>(s)</sup> 12	<sup>(s)</sup> 12	<sup>(is)</sup> 13	:	:
Eslováquia	:	:	:	:	:	:	:	:	<sup>(ip)</sup> 14
Espanha	18	17	18	16	17	17	17	<sup>(bi)</sup> 17	<sup>(i)</sup> 16
Grécia	24	21	23	21	21	20	21	:	:
Hungria	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 7	<sup>(i)</sup> 9	<sup>(i)</sup> 8	:
Itália	18	18	18	16	16	15	16	:	:
Polónia	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 11	<sup>(i)</sup> 10	<sup>(i)</sup> 11	:
<b>Portugal</b>	<b>24</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	:	:
República Checa	:	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 4	:	<sup>(i)</sup> 5

(-) não disponível, (s) estimativas EUROSTAT, (b) ruptura de série, (p) valor provisório, (i) Notas: a versão revista da base de dados PCM integra as correcções de dados para certos países, bem como melhorias em termos metodológicos. estas alterações incidem sobre os dados fornecidos anualmente; dados espanhóis de 1995 a 1999 do Instituto Nacional de Estatística de Espanha, revistas as ponderações para as próximas edições; para os países candidatos o método de cálculo é similar ao utilizado para os países membros, procurando aproximar os conceitos de rendimento ao dos PCM, mas ainda assim os indicadores não podem ser inteiramente comparáveis devido a diferentes fontes de dados;

Fonte: EUROSTAT, (quadro da responsabilidade dos autores)

No grupo etário subsequente (50 a 64 anos), embora a tendência continue a ser a de uma menor incidência de pobreza relativamente à observada na população em geral, registre-se o facto de, na Grécia, este grupo etário apresentar um nível superior de pobreza, comparativamente com a observada na população total do país (21% contra 20%).

Em relação aos idosos – grupo, em regra, igualmente muito vulnerável à pobreza – de um modo geral, os dados corroboram essa percepção, verificando-se uma diferença de 2% na incidência da pobreza no grupo dos 25 países da UE, sendo este valor de 3%, se considerarmos apenas a UE15. Os maiores incrementos verificam-se na Grécia, com a taxa de pobreza a passar de 20% para 33%, seguindo-se Portugal, onde aquela passa de 20% para 30%. Em contraste com esta tendência surgem os valores de Itália, cuja

incidência passa de 19% para 17% e, de forma ainda mais significativa, as taxas de três dos países da Europa de Leste: a República Checa, onde a incidência de pobreza decresce de 8%, na população em geral, para 6% entre os idosos, a Polónia, onde a pobreza entre os idosos é menos de metade da verificada no país (taxa de 7% contra 16% no país) e a Eslováquia, consubstanciada na incidência da pobreza nos idosos de 13%, face a 21% na população em geral. Estas situações ocorrem em vários países pós comunistas (Golinowska, Pietka, Sowada, Zukowski, 2003), como já vimos, e estão associadas à baixa desigualdade existente no período comunista, consonante com a ausência total ou o diminuto papel da actividade privada, estando no entanto a crescer de forma muito significativa desde a transição para uma economia de mercado (Dabrowski, Rohozynsky, Sinitsina, 2004).

**Quadro 6 – Taxa de risco de pobreza de idosos em %**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Com 65 e mais anos</b>									
UE (25)	:	:	:	:	:	:	<sup>(is)</sup> 17	:	:
UE (15)	<sup>(s)</sup> 21	<sup>(s)</sup> 20	<sup>(s)</sup> 18	<sup>(s)</sup> 18	<sup>(s)</sup> 17	<sup>(s)</sup> 17	<sup>(is)</sup> 19	:	:
Eslováquia	:	:	:	:	:	:	:	:	<sup>(ip)</sup> 13
Espanha	16	14	16	15	16	19	22	<sup>(bi)</sup> 28	<sup>(i)</sup> 28
Grécia	35	33	34	35	33	31	33	:	:
Hungria	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 8	<sup>(i)</sup> 12	<sup>(i)</sup> 8	:
Itália	18	18	17	17	14	13	17	:	:
Polónia	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 8	<sup>(i)</sup> 7	<sup>(i)</sup> 7	:
Portugal	38	36	37	35	33	33	30	:	:
República Checa	:	:	:	:	:	:	<sup>(i)</sup> 6	:	<sup>(i)</sup> 4

(.) não disponível, (s) estimativas EUROSTAT, (b) ruptura de série, (p) valor provisório, (i) Notas: a versão revista da base de dados PCM integra as correcções de dados para certos países, bem como melhorias em termos metodológicos. estas alterações incidem sobre os dados fornecidos anualmente; dados espanhóis de 1995 a 1999 do Instituto Nacional de Estatística de Espanha, revistas as ponderações para as próximas edições; para os países candidatos o método de cálculo é similar ao utilizado para os países membros, procurando aproximar os conceitos de rendimento ao dos PCM, mas ainda assim os indicadores não podem ser inteiramente comparáveis devido a diferentes fontes de dados;

Fonte: EUROSTAT, (quadro da responsabilidade dos autores)

Uma vez que na Polónia o desemprego é um dos principais factores determinantes de pobreza e atendendo a que as pensões mínimas correspondem a 35% do salário médio (Golinowska, Pietka, Sowada, Zukowski, 2003) e têm indexação automática, mantendo portanto o poder de compra dos pensionistas, e ainda ao elevado déficite do Fundo de Seguros Sociais, pressupondo grandes encargos para o Estado (Dabrowski, Rohozynsky, Sinitsina, 2004) entende-se parcialmente o facto dos idosos não constituírem, actualmente, um dos grupos mais vulneráveis à pobreza. Mesmo assim, estes dados merecem-nos sérias reservas, tal como decorre das anotações do Eurostat aos dados apresentados nos quadros 3 a 6 e aí referenciadas.

Da análise comparativa das situações de pobreza nestes dois grupos de países é de reter o facto dos países de leste, em geral, apresentarem menos pobreza relativa.

Após termos contextualizado a pobreza em Portugal face aos países da Europa do sul e aos novos países membros, no decurso do último alargamento da UE, passamos a uma análise mais fina da situação de Portugal face à pobreza.

### **3. POBREZA EM PORTUGAL**

A pobreza não se verifica só num determinado grupo etário, numa dada situação familiar ou profissional, nem tão pouco se restringe apenas a famílias numerosas ou monoparentais, atravessando longitudinalmente todas as regiões. Não há nenhuma característica que garanta imunidade à situação de pobreza; não obstante, existem várias características individuais que não podemos deixar de associar à pobreza, uma vez que os seus possuidores apresentam uma maior probabilidade de serem pobres.

À data da realização do inquérito, 18,6% dos portugueses viviam com rendimentos inferiores ao limiar de pobreza (taxa de risco de pobreza). Com o objectivo de avaliar o efeito amortecedor das transferências sociais na determinação das situações de pobreza, a mesma taxa foi calculada excluindo parcial (todas menos as pensões) e totalmente (também as pensões) as referidas transferências. Os valores obtidos foram, respectivamente, 22,6% e 43,1%, atestando assim, o papel das transferências sociais na minimização da pobreza, sobretudo se aí incluirmos as pensões.

#### **3.1. IDADES DA POBREZA**

Embora a situação de pobreza atinja indivíduos de todas as idades, é entre os jovens e, sobretudo, entre os idosos que mais se faz sentir.

As classes em que se registam menores percentagens de pobres são a dos 25 aos 29 anos, a dos 20 aos 24 anos e a dos 30 aos 34 anos.

Verificámos que entre os jovens com menos de 14 anos, a incidência de pobreza se situa nos 21,7%, face aos 18,6% verificados para a totalidade dos inquiridos, corroborando assim outros estudos recentes (Branco e Gonçalves, 2001), que apontam para um nível mais elevado de pobreza entre os jovens. Também os pobres entre os 15 e os 19 anos são percentualmente superiores à taxa global, verificando-se apenas valores significativamente inferiores para as pessoas com idades entre os 20 e 59 anos.

A incidência de pobreza aumenta ainda mais no caso dos indivíduos com idade superior a 65 anos, uma vez que 25,6% da totalidade dos idosos se encontram em situação de pobreza, sendo particularmente notória a pobreza entre os grandes idosos (29,9%).

**Quadro 7 – Situação perante a pobreza por grupo etário**

Grupo Etário	Pobres	Não pobres	Total
	(% linha)	(% linha)	(% coluna)
< 15	21,7	78,3	14,9
15-19	22,3	77,7	7,4
20-24	10,9	89,1	6,8
25-29	9,0	91,0	5,2
30-34	12,3	87,7	5,5
35-39	15,9	84,1	6,5
40-44	15,2	84,8	6,9
45-49	13,7	86,3	6,4
50-54	15,0	85,0	6,2
55-59	16,5	83,5	5,8
60-64	21,4	78,6	6,3
> 64	25,6	74,4	22,0
<b>Total</b>	<b>18,6</b>	<b>81,4</b>	<b>100,0</b>

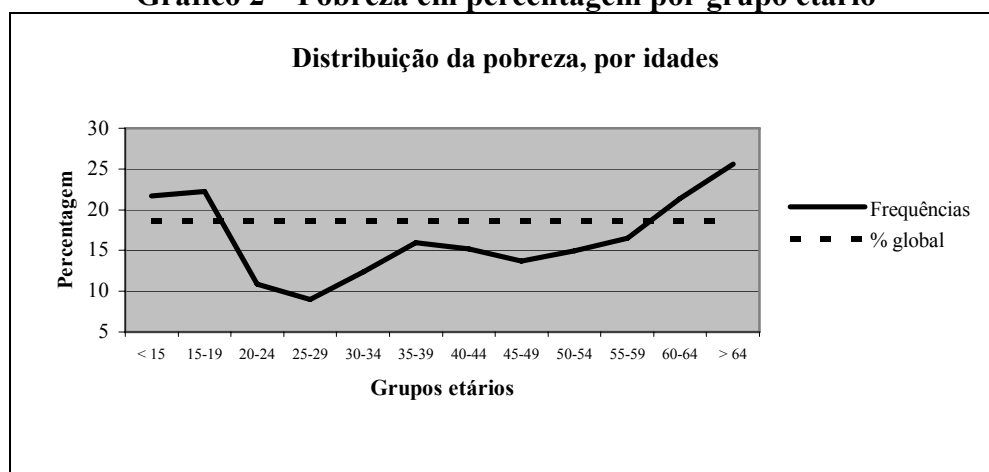
Testes de $\chi^2$	Valor	Sig. Assimp. (bilateral)	Graus de liberdade
$\chi^2$ de Pearson	591,959	0,000	15
Rácio de verosimilhança	597,641	0,000	15
Associação linear-linear	84,255	0,000	1

Medidas simétricas	Valor	Sig.Aprox.
V de Cramer	0,145	0,000
Coefficiente de contingência	0,143	0,000

Não assumindo a hipótese nula.

**Gráfico 2 – Pobreza em percentagem por grupo etário**

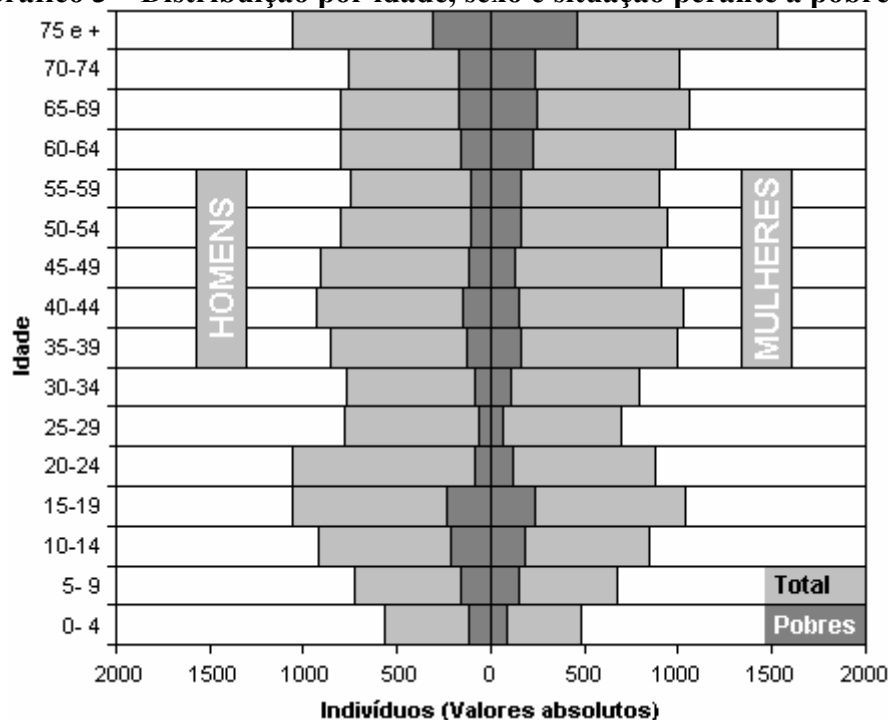


### 3.2. POBREZA NO FEMININO

A percentagem de mulheres pobres é mais elevada do que a de homens, apesar dos respectivos valores não apresentarem uma diferença muito substancial entre si: enquanto no sexo feminino a pobreza incide sobre 19,6% dos casos, o correspondente valor para o sexo masculino é de, apenas, 17,5%, como se pode verificar no gráfico 3.

A incidência da pobreza no sexo feminino não é homogénea em todos os grupos etários.

**Gráfico 3 – Distribuição por idade, sexo e situação perante a pobreza**



A análise do gráfico 3 permite constatar ainda que, entre os jovens, a pobreza se faz sentir mais no masculino, invertendo-se essa situação entre os idosos.

### **3.3. POBREZA E AGREGADOS NUMEROSOS**

A análise da pobreza em função do número de elementos do agregado, permite verificar que é nos extremos que há mais pobreza. Efectivamente, são os agregados de maior dimensão, mas também os compostos por apenas uma ou duas pessoas, aqueles em que se registam, percentualmente, mais casos de pobreza.

No que diz respeito aos agregados mais numerosos, a incidência de pobreza faz-se sentir sobretudo nos jovens, já que em grande parte destes agregados este estrato está sobrerrepresentado, o que poderá indiciar elevadas taxas de fecundidade.

De entre os que vivem sós, mais de um terço encontra-se em situação de pobreza, como se poderá verificar no quadro 8. De qualquer forma, os agregados com mais de 9 elementos registam valores ainda mais expressivos.

**Quadro 8 – Distribuição da pobreza em função do número de elementos do**

Dimensão do agregado familiar	Pobres	Não pobres	Total
	(% linha)	(% linha)	(% coluna)
1	37,3	62,7	6,4
2	22,3	77,7	21,8
3	12,4	87,6	22,4
4	13,0	87,0	25,7
5	19,6	80,4	12,8
6	19,2	80,8	5,8
7	27,9	72,1	2,6
8	17,2	82,8	0,8
9	40,9	59,1	0,7
10	50,0	50,0	0,4
11	33,3	66,7	0,4
12	50,0	50,0	0,1
13	66,7	33,3	0,1
<b>Total</b>	<b>18,6</b>	<b>81,4</b>	<b>100,0</b>
Testes de $\chi^2$	Valor	Sig. Assimp. (bilateral)	Graus de liberdade
$\chi^2$ de Pearson	1062,885	0,000	12
Rácio de verosimilhança	963,366	0,000	12
Associação linear-linear	0,221	0,638	1
Medidas simétricas	Valor	Sig. Aprox.	
V de Cramer	0,194	0,000	
Coefficiente de contingência	0,190	0,000	

Não assumindo a hipótese nula.

### 3.4. TRABALHO E POBREZA

**Quadro 9 – Distribuição da pobreza em função da condição perante o trabalho**

Condição perante o trabalho actual	Pobres	Não pobres	Total
	(% linha)	(% linha)	(% coluna)
Empregado	10,4	89,6	39,0
Empregado (temporariamente ausente)	10,0	90,0	0,2
Desempregado	20,8	79,2	2,6
A cumprir Serviço Militar Obrigatório	11,9	88,1	0,1
Estudante	21,2	78,8	17,8
Doméstico	32,5	67,5	10,3
Reformado	22,0	78,0	21,6
Incapacitado Permanente para o trabalho	29,3	70,7	1,8
Outros Inactivos	24,1	75,9	6,5
<b>Total</b>	<b>18,6</b>	<b>81,4</b>	<b>100,0</b>
Testes de $\chi^2$	Valor	Sig. Assimp. (bilateral)	Graus de liberdade
$\chi^2$ de Pearson	1015,114	0,000	8
Rácio de verosimilhança	1029,301	0,000	8
Associação linear-linear	736,523	0,000	1
Medidas simétricas	Valor	Sig. Aprox.	
V de Cramer	0,189	0,000	
Coefficiente de contingência	0,186	0,000	

Não assumindo a hipótese nula.

Em termos da relação entre a pobreza e a situação perante o trabalho, verifica-se que a pobreza atinge valores mais significativos nas pessoas classificadas como domésticas (32,5%), seguida das que estão permanentemente incapacitadas para o trabalho (29,3%) e de outros inactivos (24%), dos reformados (22%) e dos alunos ou estudantes (21,2%). O facto da pobreza entre os desempregados se fazer sentir menos intensamente do que nos grupos acima referidos, ficando a cerca de 2% do cômputo geral, deve-se às transferências sociais respeitantes ao subsídio de desemprego.

### 3.5 EDUCAÇÃO E POBREZA

Existe uma relação inversa entre pobreza e formação escolar: a ocorrência de pobreza diminui com o aumento da escolaridade dos indivíduos. Esta situação assume particular relevância em Portugal, sobretudo para os mais escolarizados.

A incidência de pobreza faz-se sentir particularmente entre aqueles que não possuem qualquer nível de instrução ou têm apenas o primeiro ciclo do ensino básico.

Para os indivíduos habilitados com o ensino secundário ou superior, a incidência de pobreza decresce de forma exemplar.

**Quadro 10 – Pobreza, segundo o nível de instrução**

Nível de instrução	Pobres	Não pobres	Total
	(% linha)	(% linha)	(% coluna)
Nenhum	28,2	71,8	29,7
Básico (1º ciclo)	19,1	80,9	32,9
Básico (2º ciclo)	15,1	84,9	15,0
Básico (3º ciclo)	10,6	89,4	11,0
Secundário	6,0	94,0	7,5
Superior	1,5	98,5	3,8
<b>Total</b>	<b>18,6</b>	<b>81,4</b>	<b>100,0</b>
Testes de $\chi^2$	Valor	Sig. Assimp. (bilateral)	Graus de liberdade
$\chi^2$ de Pearson	1113,419	0,000	6
Rácio de verosimilhança	1260,997	0,000	6
Associação linear-linear	1063,982	0,000	1
Medidas simétricas	Valor	Sig. Aprox.	
V de Cramer	0,198	0,000	
Coefficiente de contingência	0,195	0,000	

Não assumindo a hipótese nula.

### 3.6. REGIÕES DE POBREZA

A incidência da pobreza não se verifica uniformemente em todo o território nacional, tendo muito maior significado nas Regiões Autónomas do que em Portugal Continental: 17,6% no Norte, 15,8% no Centro, 10,4% em Lisboa e Vale do Tejo, 13,6% no

Alentejo, 14,6% no Algarve, 25,5% nos Açores e 23,8% na Madeira. Destacam-se assim, pela positiva, a RLVT e, pela negativa, os Açores e a Madeira.

A ocorrência da pobreza foi igualmente analisada na perspectiva das características rurais, semi-urbanas ou urbanas da área de residência dos inquiridos. O quadro resultante, evidencia a predominância da pobreza nas regiões rurais e semi-urbanas: 25,5% nas zonas rurais, 20% nas zonas consideradas semi-urbanas e 11,5% nas zonas urbanas, reforçando a percepção decorrente da observação empírica que evidencia a existência de rendimentos superiores nas cidades.

Subsidiária da anterior, a análise que efectuámos à incidência da pobreza em função da inserção da residência em áreas metropolitanas ou não metropolitanas, revelou que a pobreza é menor nas primeiras (8,7%) do que nas últimas (20,3%). Embora a base da nossa análise seja o rendimento monetário líquido disponível dos indivíduos, consideramos pertinente lembrar que, se os rendimentos não monetários também tivessem sido considerados, os resultados a que teríamos chegado seriam, seguramente, diferentes, uma vez que é nas zonas rurais que os mesmos têm maior expressão.

#### **4. OS JOVENS POBRES**

Através da análise dos dados do IOF, verificou-se que a incidência de pobreza entre os indivíduos até aos 14 anos é um pouco superior à verificada na população inquirida em geral. Nos jovens com menos de 14 anos, a taxa de risco de pobreza calculada foi de 21,7%. No entanto esta incidência não se verifica de forma homogénea entre os jovens: Enquanto a nível de Portugal Continental se faz sentir apenas em 14,3% dos jovens, nas Regiões Autónomas agrava-se significativamente, passando a abranger, em termos percentuais, mais do dobro dos indivíduos (31,2%).

Nas zonas rurais, 29,7% dos jovens são pobres, sendo os correspondentes valores de 26,3%, nas zonas semiurbanas, e de apenas 14,7%, nas zonas urbanas.

Em termos de pobreza dos jovens em função da dimensão dos agregados familiares que integram, verifica-se que a situação de pobreza incide sobre 23,6% dos que vivem em famílias monoparentais. Somente nos agregados de dimensão média (três a quatro indivíduos) a percentagem de jovens pobres é inferior à verificada para a totalidade de jovens pobres (21,7%).

Para agregados com cinco ou mais elementos a incidência de pobreza entre os jovens é sempre superior a 25%, atingindo nos agregados de dez, onze e treze indivíduos, valores de 58,3%, 53,3% e 72,7%, respectivamente. Estes números são suficientemente

eloquentes e dão conta da incidência crescente da pobreza em famílias muito numerosas, em que a taxa de fecundidade se supõe, à partida, elevada.

**Quadro 11 – Pobreza dos jovens, segundo a dimensão do agregado**

Dimensão do agregado familiar	Pobres (% linha)	Não pobres (% linha)	Total (% coluna)
2	23,6	76,4	1,3
3	11,2	88,8	17,3
4	16,7	83,3	38,8
5	25,0	75,0	21,2
6	26,8	73,2	9,8
7	41,6	58,4	5,5
8	26,6	73,4	1,9
9	48,1	51,9	1,8
10	58,3	41,7	1,1
11	53,3	46,7	0,7
12	45,5	54,5	0,3
13	72,7	27,3	0,3
<b>Total</b>	<b>21,7</b>	<b>78,3</b>	<b>100,0</b>

De realçar que entre os jovens a pobreza atinge valores mais expressivos entre os indivíduos do sexo masculino.

**Quadro 12 – Pobreza dos jovens, segundo a idade e o sexo**

		< 5 (% coluna)	5 a 9 (% coluna)	10 a 14 (% coluna)
Sexo	Masculino			
	Pobres	21,3	21,5	23,5
	Não pobres	78,7	78,5	76,5
	Total	100,0	100,0	100,0
Feminino	Pobres	18,0	21,9	22,0
	Não pobres	82,0	78,1	78,0
	Total	100,0	100,0	100,0

## 5. POBREZA ENTRE OS IDOSOS

Através da análise dos dados do IOF, verificou-se que a incidência de pobreza entre os idosos é bastante superior à verificada para a população em geral. Mas quem são os idosos pobres?

Entre os idosos (57,9% do sexo feminino e 42,1% do sexo masculino), 25,6% são pobres. A incidência da pobreza é quase sempre maior nas mulheres do que nos homens e tende a fazer-se sentir mais nos grandes idosos (indivíduos com 75 ou mais anos). Neste grupo a incidência da pobreza eleva-se a 29,9%.

São os idosos analfabetos aqueles em que a pobreza mais se faz sentir - em cada cem idosos nestas condições, 32 são pobres, contra 19 com o 1º ciclo do ensino básico, 10 com o 2º ciclo, 6 com o 3º ciclo e 4 com o ensino secundário.

**Quadro 13 – Pobreza dos idosos, segundo a idade e o sexo**

		65 a 69	70 a 74	>74
		(% coluna)	(% coluna)	(% coluna)
Sexo	<i>Pobres</i>	20,6	22,5	29,2
	Masculino Não pobres	79,4	77,5	70,8
	Total	100,0	100,0	100,0
Sexo	<i>Pobres</i>	23,3	23,2	30,4
	Feminino Não pobres	76,7	76,8	69,6
	Total	100,0	100,0	100,0

Nos idosos casados a pobreza abrange 23 em cada cem, e nos viúvos, solteiros ou divorciados esta proporção aumenta para 30.

Em cada 100 idosos a viverem em zonas rurais, 36 são pobres, enquanto entre os que vivem em zonas semiurbanas a pobreza atinge 30 em cada cem, descendo para 14 no caso dos que residem em meios urbanos. Ora, um dos aspectos não explorados em profundidade neste estudo é o peso e o papel dos rendimentos não monetários, existindo evidências da sua preponderância nas zonas rurais e semiurbanas, o que fará supor o seu eventual efeito amortecedor destas discrepâncias.

**Quadro 14 – Pobreza dos idosos, segundo a dimensão do agregado**

Dimensão do agregado familiar	Pobres (% linha)	Não pobres (% linha)	Total (% coluna)
1	42,7	57,3	21,3
2	25,4	74,6	51,4
3	16,6	83,4	12,8
4	7,2	92,8	6,3
5	11,1	88,9	4,5
6	8,9	91,1	2,5
7	12,5	87,5	0,6
8	9,1	90,9	0,2
9		100,0	0,2
10		100,0	0,1
11	25,0	75,0	0,1
13		100,0	0,0
<b>Total</b>	25,6	74,4	100,0

Enquanto no Continente em cada 100 idosos, 25 são pobres, nas Regiões Autónomas, o número de pobres em 100 idosos ascende a 29.

Ainda em relação às situações de pobreza dos idosos e desta feita relacionando-as com a dimensão do agregado familiar, verificamos que contrariamente ao que se verifica em relação à incidência de pobreza nos jovens, é nos agregados com um só indivíduo (idosos que vivem sozinhos) que se verificam mais situações de pobreza, conforme se pode verificar pela análise do quadro 14.

## 6. MODELOS ECONÓMICOS UTILIZADOS NA ANÁLISE DA POBREZA E RESULTADOS

Após a apresentação descritiva dos factores que condicionam a pobreza, passamos agora a analisar os modelos económicos utilizados e os resultados alcançados.

**Quadro 15 – Descrição das variáveis utilizadas na regressão logística**

Variável	Descrição
pobre	Pobre (1=pobre; se o total do rendimento disponível do agregado, por adulto equivalente é menor do que 60% do valor da mediana, considerada a linha de pobreza; 0=não pobre; se o total do rendimento disponível do agregado, por adulto equivalente é igual ou superior à linha de pobreza)
jov	Idade (1= idade: menos de 15 anos; 0= nos outros casos)
adul	(1= idade: entre os 15 e os 64 anos; 0= nos outros casos)
ido	(1= idade: igual ou superior a 65 anos; 0= nos outros casos)
rural	Rural/Urbano (1= vive numa zona rural: < 10 000 habitantes; 0 = não vive numa zona rural)
Continen	Região do País (1= vive no Continente; 0 = vive nas Regiões Autónomas dos Açores ou Madeira)
edu9	Nível de Instrução (1= 9 anos de escolaridade, ou menos; 0= superior a 9 anos)
edu12	Nível de Instrução (1= entre 9 e 12 anos de escolaridade; 0= menos de 9 anos e mais de 12).
edusup	Nível de Instrução (1= mais do que 12 anos; 0= 12 anos ou menos)

A análise de regressão logística (logit) permite-nos tirar conclusões sobre a probabilidade de “ser pobre”, em Portugal, em 2000-01, controlando-a pelas variáveis idade, jovens (com idades até aos 15 anos), adultos (nas faixas etárias compreendidas entre os 15 e os 64 anos) e idosos (com 65 ou mais anos); residência rural/urbana; localização geográfica, Continente ou Regiões Autónomas; e, nível de instrução completado, escolaridade obrigatória (até ao 9º ano de escolaridade), secundário (entre os 9 e os 12 anos de escolaridade), superior (acima dos 12 anos).

**Quadro 16 – Sumário estatístico das variáveis utilizadas**

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
pobre	28278	.185975	.3890933	0	1
jov	28278	.1490204	.3561149	0	1
ido	28278	.2197114	.4140584	0	1
adul	28278	.436806	.4959992	0	1
rural	28278	.221621	.4153447	0	1
Continen	28278	.6575783	.4745282	0	1
edu9	28278	.886661	.3170123	0	1
edu12	28278	.0752175	.2637466	0	1
edusup	28278	.0381215	.191493	0	1

De acordo com os resultados do modelo abaixo, podemos concluir que a probabilidade de “ser pobre” aumenta significativamente se um indivíduo é jovem, se é idoso e se habita numa zona rural. Pelo contrário, aquela probabilidade diminui significativamente se o indivíduo residir no Continente e se possuir o ensino secundário ou o superior.



**Quadro 18 - Probabilidades de “ser pobre” (odds) estimadas pelo modelo, por grupos de idades, residência rural/urbana, localização geográfica e nível de instrução**

Idade	Rural	Região	Instrução	Odds
Idoso	Rural	Reg. Autónomas	Niv. Inst. 9	0,441
Jovem	Rural	Reg. Autónomas	Niv. Inst. 9	0,373
Adulto	Rural	Reg. Autónomas	Niv. Inst. 9	0,320
Idoso	Rural	Continente	Niv. Inst. 9	0,311
Idoso	Urbano	Reg. Autónomas	Niv. Inst. 9	0,301
Jovem	Rural	Continente	Niv. Inst. 9	0,255
Jovem	Urbano	Reg. Autónomas	Niv. Inst. 9	0,246
Adulto	Rural	Continente	Niv. Inst. 9	0,213
Adulto	Urbano	Reg. Autónomas	Niv. Inst. 9	0,205
Idoso	Urbano	Continente	Niv. Inst. 9	0,199
Idoso	Rural	Reg. Autónomas	Niv. Inst. 12	0,197
Jovem	Urbano	Continente	Niv. Inst. 9	0,158
Adulto	Urbano	Continente	Niv. Inst. 9	0,129
Adulto	Rural	Reg. Autónomas	Niv. Inst. 12	0,128
Idoso	Rural	Continente	Niv. Inst. 12	0,124
Idoso	Urbano	Reg. Autónomas	Niv. Inst. 12	0,119
Adulto	Rural	Continente	Niv. Inst. 12	0,078
Adulto	Urbano	Reg. Autónomas	Niv. Inst. 12	0,074
Idoso	Urbano	Continente	Niv. Inst. 12	0,072
Idoso	Rural	Reg. Autónomas	Niv. Inst. sup	0,057
Adulto	Urbano	Continente	Niv. Inst. 12	0,044
Adulto	Rural	Reg. Autónomas	Niv. Inst. sup	0,035
Idoso	Rural	Continente	Niv. Inst. sup	0,034
Idoso	Urbano	Reg. Autónomas	Niv. Inst. sup	0,032
Adulto	Rural	Continente	Niv. Inst. sup	0,02
Adulto	Urbano	Reg. Autónomas	Niv. Inst. sup	0,019
Idoso	Urbano	Continente	Niv. Inst. sup	0,019
Adulto	Urbano	Continente	Niv. Inst. sup	0,011

Os efeitos do nível de instrução e da região de residência são, sem dúvida, determinantes na variação da probabilidade em estudo.

## CONCLUSÃO

A análise da pobreza partindo do conceito de pobreza monetária relativa, possuindo a vantagem de uma mais fácil quantificação do fenómeno da pobreza, ignora o papel dos rendimentos não monetários no amortecimento dos seus efeitos em sectores expressivos da população. Admitimos no entanto que outra opção, necessariamente de maior complexidade, implicaria dificuldades acrescidas na operacionalização.

Em estudos comparativos entre países, a utilização da pobreza monetária relativa para identificar os pobres, apenas permite verificar a maior ou menor concentração de

rendimentos num determinado intervalo (entre zero e sessenta por cento do valor da mediana do rendimento monetário líquido disponível desse país, por indivíduo), havendo no entanto diferenças significativas entre esses rendimentos, pelo que a leitura destes estudos requer alguma prudência.

Neste trabalho, depois da reflexão sobre o próprio significado de pobreza e da adopção do conceito de pobreza monetária relativa, estudámos a pobreza nas suas diversas dimensões em dois conjuntos de países da União Europeia: Itália, Espanha, Portugal e Grécia, na Europa do sul, e República Checa, Hungria, Polónia e Eslováquia, no leste europeu. Entre as diferenças encontradas, destacaríamos a maior incidência de pobreza, de um modo geral, nos países da Europa do Sul (apesar de registarem um valor absoluto de mediana do rendimento monetário líquido, por habitante, bastante superior); um segundo aspecto relevante é a constatação de que os idosos não constituem um grupo particularmente vulnerável à pobreza, na Europa de Leste, ao contrário do que acontece nos países da Europa do sul; como características comuns fortemente associadas à emergência do fenómeno da pobreza, surgiram as circunstâncias de ser jovem, pertencer a agregados familiares numerosos e residir em zona rural.

Em seguida, analisámos de forma mais detalhada a pobreza em Portugal a partir do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000-01. Verificámos, nomeadamente, que os jovens e os idosos constituem dois grupos particularmente vulneráveis à pobreza e que os indivíduos que vivem isolados, bem como os que integram agregados numerosos, têm maior probabilidade de ser pobres. Outras relações identificadas foram a da pobreza com a baixa escolaridade, com a ruralidade e com a residência nas regiões autónomas.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRANCO, Rui, GONÇALVES, Cristina (2001) *“Exclusão Social e Pobrezas em Portugal: uma primeira abordagem aos dados do painel dos agregados familiares da União Europeia (1994-1997)”*, in *Revista de Estatística* 3º quadrimestre de 2001, nº 25, Lisboa INE;

BÚRIGO, Fábio Luiz, (2003), *“Pobreza, um conceito em transformação”* in Colóquio Internacional sobre Políticas Públicas, Pobreza e Exclusão Social”, Livro II, Ijuí, Unijuí, in <http://www.nesfi.ufsc.br/pobreza.pdf> (22/03/2005);

CLARKE, Simon, (sd), **Poverty in Poland**, in [www.warwick.ac.uk/fac/soc/complabstuds/russia/Poverty\\_Poland.doc](http://www.warwick.ac.uk/fac/soc/complabstuds/russia/Poverty_Poland.doc) (22/03/2005);

COHEN-SOLAL, Marc, LOISY, Christian, (2001), **Transferts sociaux et pauvreté en Europe**, WP Études et Résultats, nº 104, Paris, DREES;

COMISSÃO EUROPEIA (2004), **Factos e Números Essenciais sobre a União Europeia**, in

[http://europa.eu.int/comm/publications/booklets/eu\\_glance/44/pt-1.pdf](http://europa.eu.int/comm/publications/booklets/eu_glance/44/pt-1.pdf) (15/04/2005);

COSTA, Alfredo Bruto et al, (1998), “*Pobreza e Exclusão Social em Portugal, a Região de Lisboa e vale do Tejo*” in DPP (1999), **Prospectiva e Planeamento**, Volume V, Lisboa, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Ministério do Planeamento, pp 49-173;

DABROWSKI, Marek, ROHOZYNSKY, Oleksandr, SINITSINA, Irina, (2004), **Poland and Russian Federation: a Comparative Study of Growth and Poverty**, Shanghai Poverty Conference, International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, in

<http://www.worldbank.org/wbi/reducingpoverty/docs/newpdfs/case-summ-Poland-CountryCase.pdf> (11/05/2005);

DENNIS, Ian, GUIO, Anne-Catherine, (2003), “*Poverty and Social exclusion in the EU after Laeken-part 1*”, in **Statistics in Focus**, Theme 3 - Population and Social Conditions, 8/2003, EUROSTAT, pp. 1-6;

EUROSTAT in

[http://epp.eurostat.cec.eu.int/portal/page?\\_pageid=1996,39140985&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&screen=detailref&language=fr&product=sdi\\_ps&root=sdi\\_ps/sdi\\_ps/sdi\\_ps\\_mon/sdi\\_ps1111](http://epp.eurostat.cec.eu.int/portal/page?_pageid=1996,39140985&_dad=portal&_schema=PORTAL&screen=detailref&language=fr&product=sdi_ps&root=sdi_ps/sdi_ps/sdi_ps_mon/sdi_ps1111) (05/05/2005);

FÖRSTER, Michael, GÉZA, Tarcali e TILL, Mathias, (2002), **Income and non-income poverty in Europe: What is the minimum acceptable standard in an enlarged European Union?**, in <http://www.iariw.org> (20/04/2005);

GOLINOWSKA, Stanislaw, PIETKA, Katarzyna, SOWADA, Christoph, ZUKOWSKI, Maciej, (2003), **Study on the Social Protection Systems in the 13 Applicant Countries: Poland Country Study**, in

[http://europa.eu.int/comm/employment\\_social/social\\_protection/docs/poland\\_final.pdf](http://europa.eu.int/comm/employment_social/social_protection/docs/poland_final.pdf) (20/04/2005);

PARENTE, Paulo, (sd), **Analysis of Poverty and Inequality in Portugal, using Quintile Regression** in [http://www.ine.pt/prodserv/estudos/ficha.asp?x\\_estudoid=260](http://www.ine.pt/prodserv/estudos/ficha.asp?x_estudoid=260) (20/01/2005);

POWERS, D. and Y. Xie, (2000), **Statistical Methods for Categorical Data Analysis**, San Diego, Academic Press;

RODRIGUES, Carlos Farinha, (1999), **Repartição do Rendimento e Pobreza em Portugal (1994/95) (uma comparação entre o Painel de Agregados Familiares e o Inquérito aos Orçamentos Familiares)**, WP, Junho de 1999, Lisboa, CISEP/ISEG;

SCHAUER, Thomas, RADERMACHER, Franz Josef, (2003), **Igualdade e Diversidade na Era da Informação**, in [www.terra-2000.org](http://www.terra-2000.org) (20/01/2005);

SOARES, Regina, BAGO D'UVA, Teresa, (2002), **Income, Inequality and Poverty**, in [http://www.ine.pt/prodserv/estudos/ficha.asp?x\\_estudoid=259#](http://www.ine.pt/prodserv/estudos/ficha.asp?x_estudoid=259#) (20/01/2005);

## APÊNDICE – MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

Model Summary									
Model	Ra)	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Change Statistics				
					R Square Change	F Change	df1	df2	Sig. F Change
1	0,459	0,211	0,211	732975,851	0,211	840,074	9,000	28268,000	0,000

a) Preditores: (Constante), Zona Rural/Úrbana, Grupo etário, Sexo, Dimensão do agregado familiar, Área metropolitana/não metropolitana, Continente/Reg. Autónomas, Grau de instrução, Situação familiar, Condição perante o trabalho actual

ANOVA <sup>b)</sup>						
Model		Sum of Squares	Df	Mean Square	F	Sig. <sup>a)</sup>
1	Regression	4061994802722760	9	451332755858084,000	840,074	0,000
	Residual	15187084720492500	28268	537253598432,592		
	Total	19249079523215300	28277			

a) Preditores: (Constante), Zona Rural/Úrbana, Grupo etário, Sexo, Dimensão do agregado familiar, Área metropolitana/não metropolitana, Continente/Reg. Autónomas, Grau de instrução, Situação familiar, Condição perante o trabalho actual

b) Variável dependente: Rendimento líquido monetário disponível equivalente

Coefficients <sup>a)</sup>						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	372770,251	28987,856		12,860	0,000
	Zona Rural/Úrbana	129607,086	6004,569	0,124	21,585	0,000
	Grupo etário	3704,370	1310,117	0,021	2,828	0,005
	Sexo	-33509,060	8873,145	-0,020	-3,776	0,000
	Dimensão do agregado familiar	-37713,042	3069,993	-0,078	-12,284	0,000
	Área metropolitana/não metropolitana	173318,744	13766,991	0,075	12,589	0,000
	Continente/Reg. Autónomas	-55774,148	10034,021	-0,032	-5,559	0,000
	Grau de instrução	232328,440	3561,471	0,397	65,234	0,000
	Situação familiar	76362,759	10628,800	0,046	7,185	0,000
	Condição perante o trabalho actual	5764,587	1820,492	0,020	3,166	0,002

Coefficients <sup>a)</sup> (continued)					
Model	Correlations			Collinearity Statistics	
	Zero-order	Partial	Part	Tolerance	VIF
1 (Constant)					
Zona Rural/Urbana	0,217	0,127	0,114	0,848	1,179
Grupo etário	-0,023	0,017	0,015	0,528	1,894
Sexo	-0,023	-0,022	-0,020	0,967	1,034
Dimensão do agregado familiar	-0,069	-0,073	-0,065	0,694	1,441
Área metropolitana/não metropolitana	0,182	0,075	0,067	0,791	1,264
Continente/Reg. Autónomas	-0,099	-0,033	-0,029	0,838	1,193
Grau de instrução	0,411	0,362	0,345	0,753	1,328
Situação familiar	0,043	0,043	0,038	0,675	1,482
Condição perante o trabalho actual	-0,161	0,019	0,017	0,721	1,386

a) Variável dependente: Rendimento líquido monetário disponível equivalente

Collinearity Diagnostics <sup>a)</sup>									
Model	Dimension	Eigenvalue	Condition Index	Variance Proportions					
				(Constant)	Zona Rural/Urbana	Grupo etário	Sexo	Dimensão do agregado familiar	
1	1	7,039	1,000	0,000	0,002	0,002	0,002	0,002	0,002
	2	1,023	2,623	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	0,001
	3	0,611	3,395	0,000	0,002	0,025	0,000	0,000	0,009
	4	0,456	3,928	0,000	0,000	0,005	0,005	0,005	0,003
	5	0,379	4,309	0,001	0,004	0,012	0,004	0,004	0,019
	6	0,191	6,076	0,000	0,000	0,093	0,004	0,004	0,356
	7	0,111	7,969	0,003	0,063	0,120	0,116	0,116	0,017
	8	0,091	8,780	0,000	0,523	0,014	0,475	0,475	0,001
	9	0,080	9,393	0,001	0,271	0,462	0,225	0,225	0,261
	10	0,019	19,401	0,994	0,136	0,266	0,169	0,169	0,331

Collinearity Diagnostics <sup>a)</sup> (continued)									
Model	Dimension	Eigenvalue	Condition Index	Variance Proportions					
				Área metropolitana/não metropolitana	Continente/Reg. Autónomas	Grau de instrução	Situação familiar	Condição perante o trabalho actual	
1	1	7,039	1,000	0,003	0,004	0,003	0,004	0,004	0,003
	2	1,023	2,623	0,425	0,174	0,001	0,001	0,001	0,001
	3	0,611	3,395	0,162	0,174	0,005	0,236	0,236	0,001
	4	0,456	3,928	0,028	0,139	0,041	0,124	0,124	0,256
	5	0,379	4,309	0,261	0,410	0,152	0,064	0,064	0,023
	6	0,191	6,076	0,000	0,085	0,181	0,119	0,119	0,009
	7	0,111	7,969	0,005	0,007	0,411	0,245	0,245	0,615
	8	0,091	8,780	0,079	0,004	0,008	0,006	0,006	0,004
	9	0,080	9,393	0,030	0,002	0,038	0,200	0,200	0,008
	10	0,019	19,401	0,007	0,000	0,160	0,000	0,000	0,078

a) Variável dependente: Rendimento líquido monetário disponível equivalente

Em geral, a regressão ajustou-se razoavelmente à modelização do rendimento: mais de um quinto da variação no rendimento disponível é explicada pelo modelo, destacando-se o nível de instrução e a área de residência (urbana/semi-urbana/rural) como principais preditores, tendo o 1º revelado uma capacidade explicativa três vezes superior à do 2º, todos com coeficientes altamente significativos (validade do ajustamento do modelo) e baixos valores de multicolinearidade (ausência de correlação entre os preditores).